

**Educação do campo:**

Concepção, fundamentos e desafios

*Field education:**Conception, foundations and challenges*Roberta Negrão de Araújo<sup>1</sup>Wanderleia Aparecida Bergamasco<sup>2</sup>**Resumo**

O campo é um espaço particular de cultura, política, identidade, história e de existência social. Essas características motivaram, a partir de 1997, o início de um movimento mais amplo em favor da “Educação do Campo” preocupada com a definição de princípios da educação abrangente como expressão da população camponesa, com a formação do homem e também da valorização do espaço, tempo e do currículo. O papel da educação é fomentar reflexões e produção de saberes buscando demonstrar para os alunos, pais, professores, pedagogos e demais funcionários a essência pedagógica e específica da Educação do Campo. O projeto de Intervenção Pedagógica foi desenvolvido em um colégio localizado em um distrito de um município do norte do Paraná. A proposta foi desenvolvida por meio de realização de palestras explicativas, visionamento de filmes (exposição de recursos audiovisuais) e debates e atingiu o objetivo proposto na medida que abordou o tema de modo claro e simples a cada um dos segmentos envolvidos. As atividades subsidiaram momentos de reflexão sobre políticas públicas, diretrizes curriculares e a regulamentação da proposta da Educação do Campo voltada para inclusão e reconhecimento da identidade da população camponesa como cidadãos no processo educacional. Destarte, contribuiu para que os envolvidos tivessem maior clareza em relação ao que é a escola do campo, bem como seu comprometimento com as necessidades e valorização da cultura camponesa e sua dimensão educativa, reconhecendo a pluralidade como fonte de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Educação. Educação do Campo. Inclusão.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Especialização em Orientação e Supervisão. Graduada em Licenciatura em Ciências, com Habilitação em Química. Professora Adjunta A - Universidade Estadual do Norte do Paraná/ Campus Cornélio Procópio. Professora da rede pública estadual - Paraná - Colégio Estadual Monteiro Lobato. E-mail: robertanegrao@uenp.edu.br.

<sup>2</sup> Professora da educação básica da Rede Estadual de Educação do Paraná. E-mail: wanderleiabergamasco@seed.pr.gov.br.

**Abstract**

*The field is a particular space of culture, politics, identity, history and social existence. These characteristics motivated, beginning in 1997, the beginning of a broader movement in favor of "Education of the Field" concerned with the definition of principles of comprehensive education as an expression of the peasant population, with the formation of man and also of the valorization of space, time and curriculum. The role of education is to foster reflections and knowledge production in order to demonstrate to the students, parents, teachers, pedagogues and other employees the pedagogical and specific essence of Field Education. The Pedagogical Intervention project was developed in a college located in a district of a municipality in the north of Paraná. The proposal was developed through explanatory lectures, film viewing (audiovisual resource exposure) and debates and reached the objective proposed in the measure that addressed the theme in a clear and simple way to each of the segments involved. The activities subsidized moments of reflection on public policies, curricular guidelines and the regulation of the Field Education proposal aimed at including and recognizing the identity of the rural population as citizens in the educational process. In this way, it contributed to the clarity of the participants in relation to what is the rural school, as well as their commitment to the needs and appreciation of peasant culture and its educational dimension, recognizing plurality as a source of knowledge.*

**Keywords:** *Education. Field Education. Inclusion.*

**INTRODUÇÃO**

A educação do campo é uma proposta abrangente que visa formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

O princípio da educação do campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser

específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Diante do exposto e considerando, ainda, a atuação como pedagoga de uma das pesquisadoras na instituição que, recentemente, havia sido classificada como “do campo”, justificamos o desenvolvimento do Projeto de Intervenção Pedagógica no colégio selecionado, em um distrito de um município do norte do Paraná.

A educação do campo é destinada às pessoas que vivem e trabalham no campo. Assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil destas pessoas. Desta forma, temos como norte de pesquisa as questões: Mas quem são os sujeitos do campo? Em que medida a educação ofertada nas instituições escolares atende as necessidades da população campestre?

A partir das questões, propusemos como objetivo geral definir a identidade da escola do campo abrangente, comprometida com as necessidades do sujeito do campo que valoriza a cultura campestre e sua dimensão educativa, sem necessariamente abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. Este, por sua vez, foi detalhado nos objetivos específicos: discutir a especificidade das características da educação do campo, socializando-as com a comunidade do colégio; identificar o funcionamento do sistema de educação do campo contextualizada às realidades de sua população em conformidade com as diretrizes para as escolas do campo e, ainda, fomentar discussões entre pais, professores e alunos sobre o comprometimento de políticas públicas inovadoras para viabilizar ações educacionais efetivas para as comunidades rurais.

Considerando os estudos realizados, bem como a implementação do projeto, o presente artigo encontra-se organizado em três seções. A primeira seção traz um resumo histórico da educação brasileira. A segunda seção abrange aspectos históricos e conceituais da Educação do Campo, bem como sua implementação em um município do norte do Paraná. A terceira seção apresenta os resultados do Projeto de Intervenção Pedagógica desenvolvido

no colégio selecionado e, por último, a análise conclusiva nas considerações finais do artigo.

## **A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: UM PERCURSO TUMULTUADO**

Para compreender a constituição da formação social brasileira é preciso consultar a história do descobrimento e considerar a colonização, o regime de escravidão, o latifúndio e a predominância da produção extrativista e agrícola voltada para a exportação e desprezada por parte das elites, principalmente em relação ao aprendizado escolar (ROMANELLI, 1999).

Segundo Hansen (2001), a educação brasileira tem início em 1549 com a tentativa dos padres jesuítas em incutir nos índios, os princípios religiosos do reino português e perdurou até a primeira metade do século XVIII. No Período Colonial, o desenvolvimento de um sistema educacional não era prioridade, os índios, os negros africanos e os colonos imigrantes que trabalhavam no campo, viviam em situação de desvantagem, sem nenhum direito à educação.

O Período Imperial 1822/1888 foi marcado pela outorga da Primeira Constituição do Brasil que garantia a instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos. Em 1826, foram criados quatro graus de instrução: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias. Em 1834, por meio de um Ato Institucional, a Constituição determinou a responsabilidade das províncias pela administração do ensino primário e secundário e em 1827 uma lei geral dispôs sobre as escolas de primeiras letras, determinando-lhes o currículo e instituindo o ensino primário para o sexo feminino (CHIZZOTI, 2001).

No período, de 1870/1920, ocorreram transformações significativas: as relações de trabalho, o crescimento industrial, o aparecimento das camadas sociais médias, a presença de capital estrangeiro, a intensa circulação de novas tendências de pensamento, o fim da monarquia e a troca da mão de obra escrava por trabalhadores assalariados e livres. Nomes como o de Rui Barbosa e Benjamin Constant promoveram iniciativas econômicas e educacionais de interesse das indústrias, desviando a ênfase na agricultura (NAGLE, 1974).

Com o início do período republicano em 1889, movimentos como o Manifesto Republicano de dezembro de 1870 buscaram conquistar o poder de forma pacífica. A educação pelo voto e pela escola foi instituída como a grande arma para transformação da sociedade. Assim, nas décadas entre 1870 e 1920, surgiu a proposta republicana de educação, que defendia o ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites (FAUSTO, 1986).

Francisco Filho (2001) afirma que em 1930 iniciou-se o período da Segunda República, marcado pela Revolução de 30 e a entrada do Brasil no mundo capitalista. A nova realidade industrial exigia um novo modelo de educação. Assim, foram criados o ensino secundário e as universidades brasileiras enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional. Houve também empenho em favor da escola pública gratuita. ARANHA, (1996, p. 204) aponta que foram anos de luta até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 4024/61 (LDBEN), “Embora fosse uma proposta avançada na época da apresentação do anteprojeto, o mesmo envelheceu no decorrer dos debates e do confronto de interesses”.

Segundo Menezes (2006), surge à pedagogia moderna defendida por Rangel Pestana, jornalista, político e educador, responsável pela criação da Escola do Povo para ambos os sexos e do Colégio Pestana para educação de meninas, tornou essas instituições modelos dos projetos de reforma da instrução pública. Na década de 1920, houve um entusiasmo geral pela educação e uma fase de otimismo pedagógico. De acordo com Jorge Nagle,

Na medida em que se torna a instituição mais importante do sistema social brasileiro, a escola primária se transforma na principal preocupação de educadores e homens públicos: procurou-se em especial mostrar o significado profundamente democrático da educação primária, pois é por meio dela que a massa se transforma em povo (NAGLE, 1974, p. 68).

A partir de 1930, em função do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, com a urbanização e a industrialização, a educação passou a ter mais destaque. Mas, com o fim da II Guerra Mundial, a área rural no Brasil foi invadida pelo capitalismo do campo. A modernização da produção agrícola e a industrialização intensificaram a migração do campo para as cidades de tal forma, que na década de 1960, a população urbana era maior que a

população rural. Esse fator desencadeou o fenômeno do êxodo rural e do alto nível de desigualdades sociais, que motivaram os movimentos de luta por reformas de base (GHIRALDELLI JR, 2005).

Segundo Ribeiro,

O governo do presidente João Goulart, ao tentar compatibilizar a manutenção do modelo político nacional-desenvolvimentista e mudar a orientação econômica através das reformas de base, sob o argumento de, com esta ação, provocar a redução das desigualdades sociais, deu origem a uma nova crise econômica e social, que levou ao golpe militar de 1964 (2003, p. 155).

Neste contexto, foi elaborada, tramitada e aprovada nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sob o n.º. 4024/61, um instrumento normativo, fundamental para definição dos processos educacionais nacionais (BRASIL/MEC, 2013). Tal Lei deu abertura para a reforma de um sistema educacional único, centralizado, seguido por todos os estados e municípios e abriu espaço para a reforma universitária. . Em 1971 com a reforma da LDBEN, a Lei n. 5692/71. O ensino passou a ser obrigatório dos sete aos catorze anos. O texto também prevê um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais.

Em 1996, após oito anos de tramitação, uma nova LDBEN foi aprovada pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, a Lei n. 9394/96 que revogou as anteriores. E, em seu artigo 1º, apregoa que

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996 p.4).

A formação adequada dos profissionais da educação básica também foi priorizada. Em 2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) vira Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e finalmente em 2007 a criação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) (BRASIL, 2013).

A Educação Popular (EP), especialmente aquela realizada no âmbito dos movimentos sociais populares, traz em seu bojo os princípios filosóficos,

políticos, sociológicos, culturais em busca da constituição de relações sociais calcadas na solidariedade, igualdade, participação, na emancipação, colaboração, com vistas à formação de sujeitos autônomos e livres. Os movimentos sociais do campo que reivindicam uma transformação radical na estrutura agrária, sempre incluíram em suas pautas uma educação específica voltada para a população camponesa, mas na prática, a Educação do Campo ainda tem se caracterizado, pelo descaso e ausência de políticas públicas, e, inclusive pelos próprios interessados, ou seja, o homem do campo (*IDEM*).

### **A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Segundo Fernandes & Molina, (2004), o campo é um local de particularidades e matrizes culturais. É um espaço de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social. Assim, cabe à educação do campo, o papel de fomentar reflexões que acumulem forças e produção de saberes.

Apesar de o Brasil ser um país de origem agrária, a educação do campo não teve lugar e nem sequer foi lembrada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso com essa parcela da população. Esse panorama deixou como herança, um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo em relação ao capital humano disponível para o trabalho pedagógico, uma infraestrutura e espaços físicos inadequados, escolas mal distribuídas geograficamente, condições trabalhistas precárias, baixos salários, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada com a realidade da vida camponesa.

A mudança desse contexto desolador teve início a partir de 1980, quando a sociedade articulada com movimentos sociais, em favor da educação popular, incluiu a educação do campo dentro de suas expressividades na relação dos fatores estratégicos para a redemocratização do país. Esse compromisso foi reforçado na Constituição brasileira de 1988,

de promoção de educação multicultural respeitando as particularidades regionais.

A partir da década de 1990, o panorama da educação principia a dar sinais de mudança, encadeado pela pressão dos movimentos sociais e sindicais, em favor a construção de políticas públicas para a população do campo, propondo ao poder público uma educação significativa, desvinculada do modelo urbano-industrial capitalista e uma estrutura agrária que usa a terra apenas como instrumento de exploração, subordinada ao modelo de acumulação do capital (BATISTA, 2006).

Para Morigi (2003), a Educação do Campo deve ser aquela que assume a identidade do meio rural, comprometida com um projeto político pedagógico voltado às causas, desafios, sonhos, história e cultura daquele que vive e atua no campo. Por trabalhar com mudança de conteúdo e forma de funcionamento, a Educação do Campo não perde de vista o ser humano em seu envolvimento no processo de formação e de construção da sociedade.

É importante ressaltar que até a articulação desses movimentos, a educação para a população camponesa nunca teve uma política específica, que levasse em conta seu modo de vida, seu convívio e sua cultura. Assim, a expressão educação do campo surgiu, como um movimento mais amplo, a partir de 1997, no I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária promovido pelo Movimento dos Sem Terra (MST), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse movimento buscou definir princípios que denotam um diferencial da educação do campo como expressão da população camponesa, respeitando a diversidade que lhes caracterizam. Os movimentos sociais defenderam que a educação esteja comprometida com a emancipação, que fortaleça a cultura e os valores das comunidades camponesas e que seja vinculada ao projeto de desenvolvimento autossustentável (BATISTA, 2006).

Durante décadas, a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” da educação urbana, com fundo de descaso dos valores presentes no meio rural. O campo encontrava-se estigmatizado na sociedade brasileira e os preconceitos, estereótipos e

outras conotações multiplicavam-se cotidianamente. Essa constatação foi mencionada por Leite na seguinte observação.

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político - ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE, 1999, p.14).

A superação da educação rural vista apenas como uma formação mercadológica e a recente concepção de Educação do Campo foram constituídas por uma longa trajetória de lutas e discussões de movimentos sociais, das entidades, representações civis, sociais e dos sujeitos do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais do que uma simples nomenclatura. Ela é inevitavelmente, o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e na defesa da educação, sociedade e desenvolvimento, fatores indispensáveis para a concretização de projetos políticos pedagógicos que busquem encarar a realidade e atender as necessidades das populações do campo (MEDEIROS *et al*, 2013).

Essas ações que pressionam as lideranças governamentais na criação e organização de políticas públicas para os trabalhadores do campo são focadas numa escola do campo que corresponda à necessidade da formação integral dos povos do campo. Para tal, precisa garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial), de acordo com o artigo 6.º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (*IDEM*).

Segundo Rocha *et al* (2013), a identidade da educação do campo, inserida num contexto real, deve ser definida pelos seus sujeitos sociais e estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, ou seja, como produção material e cultural de existência humana. Isso só ocorrerá com investimento em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias

que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo.

As relações socioeconômicas são vividas e construídas por sujeitos concretos, multiculturais, portanto com diferenças (ou não), em suas organizações sociais, em seu modo produção e em suas vivências individuais e coletivas. Sujeitos esses que se submetidos a um modelo agrícola hegemônico revelam sua exclusão social, ambiental e econômica. Nesse sentido, o papel da escola será de, ressignificar os conhecimentos da própria comunidade e incentivar o aprimoramento e a produção de novos conhecimentos. Assim, o currículo seria abrangente, de acordo com as necessidades e experiências vivenciadas pelos alunos, com conteúdos próprios e a metodologia própria para os diferentes níveis de ensino (GARCIA, 2004).

#### O PROGRAMA NACIONAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo, no Brasil, aos poucos, tem se constituído em assunto de pauta nas discussões do cenário educacional. Prova disso, é a política do PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), um programa do governo federal, lançado em 2012, que buscará estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá escolas do campo e quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica (HAGE, 2005).

Segundo o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o Brasil é um grande produtor rural, mas tem uma dívida com as populações camponesas.

Nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares. No entanto, nós não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro (PROCAMPO, 2013, p.01).

Dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) apontam que no Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores, entretanto, 23,18% da população rural com mais de 15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o

Ensino Fundamental. Isso, de acordo com Mercadante “é um equívoco não dar prioridade à educação do campo, como aconteceu durante toda a nossa história” (PROCAMPO, 2013, p.01).

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) atenderá escolas do campo e quilombolas, após a adesão dos estados, municípios e Distrito Federal por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR). Livros didáticos específicos também fazem parte do conjunto de ações propostas, além de outras ações como, o programa Mais Educação para as Escolas do Campo e Quilombolas; educação digital nas escolas do campo; apoio ao transporte escolar, e Inclusão das Escolas dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS) no FUNDEB.

Apesar das metas e ações estabelecidas pelo PRONACAMPO, as demandas educacionais são muito mais amplas, especialmente se considerarmos os baixos índices de atendimento, a precarização que envolve a infraestrutura das escolas e o nível de formação de professores do campo (BRASIL, 2013).

Os dados levantados pelo MEC revelam que, do total de professores que atuam na educação campestre, 160.317 não possuem nível educação superior, sendo que desse contingente, 156.190 com ensino médio e 4.127 com ensino fundamental. O Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) tem nos alertado para a tendência do Ministério da Educação de privilegiar os demais entes federativos como interlocutores na implementação da política de educação do campo, institucionalizando cada vez mais o processo, ao vincular o atendimento dos Programas e ações ao PAR, de acesso restrito à esfera governamental. Assim o PRONACAMPO previu para o ano de 2013, o fortalecimento da escola do campo e quilombola, com material pedagógico adequado às especificidades da vida do campo e por meio do programa Mais Educação, 10 mil escolas do campo passaram a oferecer educação integral (MEC, 2013).

O programa prevê a oferta de 180 mil vagas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, (PRONATEC) para formação tecnológica de jovens e trabalhadores do campo, a construção de três mil novas escolas e investimentos em infraestrutura. Desse modo fica claro que

a universalização do direito à educação para as populações camponesas, assim como assegura o desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo nos sistemas de ensino, depende da efetivação e fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federativos; e do controle social das políticas educacionais (MEC, 2013).

A cartilha Educação do Campo, Identidade em Construção, propõe que reconhecer o papel fundamental da educação numa sociedade globalizada é reconhecer uma educação baseada em diálogo que contribua para afirmar os valores culturais do local e assimilar o conhecimento universal. Assim, propõe-se que a Educação do Campo seja capaz de formar o ser humano em toda a sua integridade, e singularidade, acreditando que esta educação seja capaz de ressignificar a vida, a cultura, o trabalho e a dignidade de jovens trabalhadores do campo. (VIEIRA, 2011)

#### DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo Santos (2012), a redemocratização instituída pela Constituição Brasileira de 1988, fomenta debates sobre os direitos sociais da população do campo, paralelamente a aprovação significativa de políticas dos direitos educacionais. Em sintonia com essas concepções foram elaboradas e implementadas reformas educacionais que desencadearam alguns documentos fundamentais, como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n. 9.394/96.

A partir da concepção de uma educação para todos e a implementação da nova LDBEN, conquista-se o reconhecimento da diversidade e singularidade do campo, uma vez que vários instrumentos legais estabelecem orientações para atender esta realidade de modo a “adequar” as suas especificidades, como exemplificam os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. A LDBEN n. 9394/96, em seu artigo 28 (BRASIL, 2002), estabelece normas para a educação no meio rural.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização

escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2002, p. 116).

Podem-se observar os avanços políticos, educacionais e culturais referentes à educação rural, com ênfase na necessidade do Estado cumprir com deveres como: educação básica para toda população; conteúdos curriculares e metodologias integradas aos interesses e necessidades dos educandos, assim como, a autonomia dos espaços educativos, que poderão organizar seu calendário de acordo com as atividades e trabalhos desenvolvidos na comunidade.

Segundo Falvey *apud* Mantoan (1993), currículo é o meio pelo qual a escola se organiza, e propõe os caminhos e a orientação para a prática. É um espaço para o confronto de conhecimentos popular com o erudito, de acordo com a proposta pedagógica. Nesse sentido, caberá a escola o papel de ressignificar os conhecimentos trazidos pelos alunos, com o currículo e a metodologia utilizada, com abrangência às necessidades e experiências vivenciadas cotidiano dos alunos, ou seja, um elemento motivador no aprimoramento e na produção de novos conhecimentos. Nessa visão, segundo Garcia (2004), a escola seria um espaço bem mais rico e acolhedor. O grande desafio é construir uma matriz pedagógica, cujo currículo dê conta das especificidades, mas sem perder a visão ampla, não pensar apenas o específico, fragmentando o conhecimento.

A educação do campo tem um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura. Ela nasce colada ao trabalho e à cultura do campo. E não pode perder isso em seu projeto. A leitura dos processos produtivos e dos processos culturais formadores dos sujeitos que vivem no e do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo (ROCHA *et al*, 2013, p 07).

O desafio dos processos educativos das escolas do campo reside também na apropriação do entorno social e produtivo da população campestre, das realidades que se articulam para a organização, trabalho, saúde e desenvolvimento do campo ao serem introduzidos nos programas curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos. Esse é o desafio para que a Escola do Campo cumpra o seu papel de responsável pelo ensino de qualidade e motivador para fixar da vida no campo. Vida essa que precisa

ser de qualidade, e essa só será construída se todos os agentes do campo, inclusive a escola, assumirem a agricultura, o desenvolvimento, a cultura como eixo central das suas ações.

Para Medeiros *et al* (2013), um dos elementos de tensão diz respeito ao processo de descentralização da Educação do Campo e ocupação de espaço na estrutura dos estados e municípios. A luta pela descentralização tem marcado a pauta de reivindicação dos movimentos sociais. Porém, dada a forte influência dos grupos políticos conservadores, ligados a interesses, os movimentos sociais do campo estrategicamente procuraram fugir desse cerco pressionando diretamente o Governo Federal. Essa estratégia tem se mostrado frequente na situação relatada; no entanto está na contramão da reivindicação de uma política pública de educação do campo feita pelo próprio movimento, considerando que o processo de municipalização das políticas públicas vem se intensificando desde o final dos anos 1980 como parte da luta pela democratização dos movimentos populares.

#### A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ

A educação do campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no estado do Paraná, assim como no Brasil, pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate da dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo (PARANÁ, 2006).

Na década de 1990 a Educação do Campo no Paraná foi marcada pela marginalização, repetindo os mesmos problemas encontrados no restante do país. Ocorreram iniciativas de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos, mediante a ação do MST. O acúmulo teórico-metodológico (práticas, materiais didáticos, debates, seminários) fez avançar o debate sobre educação do campo. Na gestão 1992/94, foi criado o Programa Especial Escola Gente da Terra, com o objetivo de atender específica e

diferenciadamente os povos do campo, indígenas, assentados e assalariados rurais, em nível do Ensino Fundamental, da alfabetização de jovens e adultos e publicou os Cadernos de Subsídios ao processo de educação de jovens e adultos do campo (PARANÁ, 2006).

Em 2000, após vários encontros, criou-se a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, concomitante à realização da II Conferência Paranaense: Por uma Educação Básica do Campo. Houve a participação de professores, universidades, dirigentes municipais, sindicatos, movimentos sociais entre outros e apresenta demandas da realidade paranaense para o desenvolvimento de Políticas Públicas da Educação do Campo (SOUZA, 2006).

Em 2002, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) criou a Coordenação da Educação do Campo; mas somente em 2006 foram publicadas as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Em 2010, foi lançado o Manifesto da Educação do Campo do Estado do Paraná durante a realização do VI Simpósio Estadual da Educação do Campo em Faxinal do Céu do qual participaram dentre os movimentos que representaram vários segmentos da sociedade quinhentos e dez educadores e educadoras, representando as Escolas Públicas Estaduais do Campo no Paraná.

A diversidade encontrada na população campesina paranaense sinalizou um fato que não pode ser deixado de lado. As escolas do campo deveriam ter em seu contexto essa conflituosa, mas rica diversidade sociocultural e política. Portanto, no projeto de educação deve estar vinculado o desenvolvimento peculiar dos sujeitos que o concernem. São povos que ao longo da história foram explorados e expulsos do campo, devido a um modelo de agricultura capitalista, Assim, entende-se que a educação do campo deve ter como fundamento o desenvolvimento humano nessa diversidade (PARANÁ, 2006).

Como afirma Fernandes (2005), que seja um debate da questão agrária mediante o princípio da superação, portanto, da luta contra o capital e da perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade. Na educação do campo, devem emergir conteúdos e debates sobre: a diversificação de produtos relativos à agricultura e o uso de recursos

naturais; a agroecologia e o uso das sementes crioulas; a questão agrária e as demandas históricas por reforma agrária; os trabalhadores rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho; a pesca ecologicamente sustentável; o preparo do solo.

Vale destacar que tais temas possibilitam o estudo de um modelo de desenvolvimento do campo que se contraponha ao modelo hegemônico.

### **PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: REPENSANDO E DISCUTINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A instituição escolhida para o desenvolvimento do projeto foi fundada em 10 de novembro de 1970. Em 1998, pelo o Ato Administrativo nº 289/98, houve a adequação da nomenclatura. No ano de 1999, o ensino de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries passou a ser Ensino Fundamental e o de 2º Grau, Ensino Médio. Pela Resolução nº 2921/11, a coordenação de estrutura e funcionamento resolveu, a pedidos, alterar o nome da instituição.

O Projeto de Intervenção Pedagógica com o tema “Educação do Campo: concepção, fundamentos e desafios” foi desenvolvido com os professores, pedagogos, pais, funcionários e alunos do Ensino Médio da instituição. Os encontros foram aconteceram de acordo com o cronograma e as ações previstas no projeto de implementação pedagógica.

Os encontros realizados com professores, direção, equipe pedagógica e funcionários, deu-se em reuniões pedagógicas. Depois de terem acesso a textos e documentos disponibilizados de forma impressa e inseridos na pasta compartilhamento público da escola, os participantes tiveram oportunidade de realizar leituras reflexivas e fazer anotações pertinentes, efetivamos então à discussão sobre o tema Educação do Campo.

A realização dos estudos proporcionou momentos de reflexão e produção, na busca de reconstituir a própria identidade; melhor direcionamento do Plano de Ação da Escola; do Plano de Trabalho Docente dos professores, visando encaminhamentos metodológicos que garantam um trabalho efetivo abordando questões do campo em sala de aula; melhor compreensão dos funcionários da escola sobre “que escola queremos” uma

vez que a Educação do Campo é uma prática educativa importante para garantir aos sujeitos do campo um trabalho educativo que respeite, motive e valorize o contexto do aluno e da escola do campo.

No encontro destinado às famílias camponesas realizamos palestras com informações sobre os conceitos e propostas da Educação do Campo. O encontro deu-se de forma descontraída, ou seja, um meio de socialização, tanto da família quanto da escola, pois estes dois grupos constituem um campo fértil de aproximação. Este possibilitou identificarmos o desconhecimento dos pais sobre os propósitos da educação do campo.

Podemos destacar que esse encontro foi de grande importância para o fortalecimento do trabalho educativo e a proximidade mais efetiva da família com escola. Com as palestras informativas e de recursos audiovisuais sobre a proposta da Educação do Campo, foi possível mostrar modelos bem sucedidos de educação em sintonia com a realidade do campo. O resultado foi bem satisfatório, pois conduziu a valorização da cultura local e o reconhecimento que a escola vem somar a educação oferecida pelas famílias.

O trabalho com alunos do Ensino Médio foi realizado em quatro encontros. No primeiro realizamos uma pesquisa diagnóstica sobre o conhecimento dos alunos a cerca da Educação do Campo e os anseios relativos ao modelo de educação ofertado. Assim como os pais, os alunos se mostraram bem desinformados. Houve a constatação de que muitos não consideram o modelo atual adequado às expectativas do meio rural e não se sentem seguros quanto ao futuro no campo. Consideram ainda que não há valorização para os pequenos produtores se manterem no meio rural. Esse é um fator que os leva a deixar o campo e a buscar empregos em centros maiores. Esses aspectos serviram como parâmetro para a elaboração dos textos a serem trabalhados nos outros encontros.

Nos encontros seguintes foram realizados estudos, leituras e discussões sobre os direitos da educação do campo, as necessidades e o dever de se informar sobre o que é a educação do campo. Para que através do conhecimento possam reivindicar um modelo de currículo que seja de acordo com as necessidades da população camponesa local, pois os mesmos afirmaram que a educação ofertada não atende seus anseios.

No último encontro foram destacados os eventos importantes já promovidos pela escola como, por exemplo: a realização da tarde de contação de histórias e entrevistas realizadas pelos alunos com os moradores mais antigos, sobre suas experiências e histórias de vida, onde na oportunidade foram servidas comidas típicas da localidade. A exposição no colégio com fotografias antigas trazidas pelos alunos e a realização em 2013 de uma exposição de arte e artesanato com trabalhos de artistas e artesãos locais.

A abertura a sugestões estimulou ideias bem interessantes de alunos e equipe pedagógica. Uma bem interessante foi quanto à criação de um museu com objetos antigos, fotografias e textos contando a história da localidade. O último encontro foi dedicado a sistematização dos resultados obtidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Paraná é um estado economicamente dependente do setor agrícola. Apresentando uma agricultura com altos índices de produtividade devido ao desenvolvimento de sistemas de produção avançados, fator de motivação para manter o homem no campo e de investimento, de políticas educacionais que valorizem a expressividade e diversidade da população campestre.

Constatamos que essa expressividade e diversidade sinalizam para a necessidade de um projeto de educação vinculado ao desenvolvimento peculiar dos sujeitos do campo e na perspectiva de construção de experiências para as transformações sociais.

Portanto entendemos que na educação do campo, devem emergir conteúdos e debates sobre o contexto de vida dessa população. Assim é importante que o desenvolvimento de ações e projetos com temas relacionados possibilitem estudos mais aprofundados de um modelo de desenvolvimento do campo que se contraponha ao modelo hegemônico de educação.

O Projeto de Intervenção Pedagógica desenvolvido possibilitou meios para questionamentos sobre o perfil dos sujeitos do campo que frequentam a escola local. A questão sobre “[...] se a educação ofertada nas instituições

escolares do campo atende as necessidades da população campesina” gerou polemias, discussões e debates entre pais educadores e alunos.

Assim, textos e vídeos com modelos de projetos bem sucedidos desencadearam as discussões e análises do contexto do campo promovendo aprendizagem e condições de posicionamento. Nesse encontro foi destacado que um dos objetivos da Educação do Campo é a valorização da história e cultura locais.

Podemos afirmar que a implementação do projeto “Educação do Campo: Concepção, Fundamentos e Desafios” cumpriu com o objetivo proposto e respondeu as questões levantadas no projeto inicial. Também proporcionou momento de reflexão pessoal e coletiva fornecendo subsídios para enriquecer minha formação pedagógica e na prática demonstrou que através da educação pode-se mudar os conceitos de vida no campo. Assim, é fundamental lutar para que as escolas do campo desenvolvam ações e projetos que expressem de forma específica os interesses e necessidades da população campesina valorizando sua história, sua cultura e seu espaço.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed. Ver. E atual, São Paulo: Moderna, 1996.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo**. Reunião anual da ANPEd, 29, Caxambu, 2006.

BRASIL, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – **Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002** – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

BRASIL, **Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO** - Documento Orientador. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-

Raciais/DPECIRER. Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo/CGPEC, 2013.

BRASIL, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília 1996. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 28/05/ 2013.

CHIZZOTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a Educação. In FÁVERO, Osmar. **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**, vol.11. São Paulo, Difel, 1986.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. A. (org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo – Brasília, DF: **Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo**, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 5.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do campo**. Mimeo, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GARCIA. R. M. C.. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). UFSC. Florianópolis, 2004.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005.

HAGE, S. M. (org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda., 2005.

HANSEN J. A. Ratio Studiorum e a política católica ibérica no século XVII. In VIDAL, D; HILSDORF, M.L. **Tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos**. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Departamento de Metodologia de Ensino Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade - LEPED/UNICAMP, 1993.

MEDEIROS, Lucineide Barros; SOUSA, Juliana Kelle Alves de; MESQUITA, Maria Alves de. **Educação Rural e Educação do Campo**: Interrogações à Universidade. Disponível em <http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/PRODUCAO/CIENCIAS20DA%20EDUCACAO/EDUCACAO%20RURAL%20E%20EDUCACAO%20DO%20CAMPO-INTERROGACOES%20A%20UNIVERSIDADE.pdf>. Acesso em 20/05/2013.

MORIGI, Valer. **A escola do MST**: uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação **Diretrizes Curriculares Da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.

PROCAMPO. **Programa implementará educação do campo e atenderá 76 mil escolas**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17608:programa-implementara-educacao-do-campo-e-atendera-76-mil-escolas&catid=208](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17608:programa-implementara-educacao-do-campo-e-atendera-76-mil-escolas&catid=208) Acesso em 16/09/2017.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Introdução da História da Educação Brasileira - a organização escolar**. 18. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. < Disponível em [HTTP://educampo.paraense.locasite.com.br/arquivo/pdf/18Texto\\_Base\\_Educacao\\_do\\_Campo.pdf](HTTP://educampo.paraense.locasite.com.br/arquivo/pdf/18Texto_Base_Educacao_do_Campo.pdf)>. Acesso em 18/08/2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Histórico da educação do campo no Brasil**: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais. <Disponível em <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santospdf>> Acesso em 23/05/2013.

SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.